

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – 52ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissão
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – MANIFESTAÇÕES**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATA**



ATAS

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/6/2019

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – Questão de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Roberto Andrade, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Arlen Santiago, 3º-secretário, nas funções de 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Anderson Neves Cortez, superintendente de Regulação da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 191/2019, do deputado Bruno Engler. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Carlos Henrique Martins Teixeira, vice-presidente do Minas Tênis Clube, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção ao Requerimento nº 929/2019, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ten.-Cel. PM José Luiz Reis Júnior, subchefe da Assessoria de Relações Institucionais da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.940/2018, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Ricardo Vieira Santiago, presidente do Minas Tênis Clube, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção ao Requerimento nº 929/2019, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Questão de Ordem

O deputado André Quintão – Presidente, hoje iniciamos mais uma etapa do programa Assembleia Fiscaliza, a partir da nossa emenda constitucional. E um grande número de deputados e deputadas está presente. Terminou agora com o secretário de Planejamento e vai iniciar com a secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social. Com o Plenário esvaziado e não havendo a presença de quórum, solicito o encerramento de plano da reunião.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 13, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/5/2019

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Delegada Sheila e Ana Paula Siqueira e o deputado Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Delegada Sheila, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater a instituição do Dia Estadual de Enfrentamento às Drogas e a receber e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 661/2019, em turno único (deputada Ana Paula Siqueira), Projeto de Lei nº 656/2019, em turno único (deputada Delegada Sheila), Projeto de Lei nº 172/2019, no 1º turno (deputado Gustavo Mitre). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública.

A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Fabiane Alessandra Rodrigues Oliveira, subsecretária de Políticas Sobre Drogas da Secretaria de Estado de Segurança Pública, representando a Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social, Luíza Mara da Silva Lima, coordenadora de Políticas para Pessoas em Situação de Rua e subsecretaria de Direitos Humanos, e Dilma Seabra de Abreu Rocha, conselheira estadual de Políticas sobre Drogas da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais; e os Srs. Julio Wilke, delegado do Departamento Estadual de Combate ao Narcotráfico PCMG, Aloísio Antônio Andrade de Freitas, presidente do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas, Pastor Jânio Luiz de Miranda, presidente da Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas – Abraço –, Diego Alves Aguiar, presidente da Associação de Comunidades Terapêuticas de Minas Gerais, e Dilma Seabra de Abreu Rocha, conselheira estadual de Políticas sobre Drogas da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais – OAB-MG –, e Belisário Gomes Pena, delegado regional da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas – Febract. A presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2019.

Ana Paula Siqueira, presidente – Gustavo Mitre – Cássio Soares.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/5/2019

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* de um cidadão do Vale do Aço informando que não obteve resposta à sua reclamação sobre o não atendimento do Ipsemg naquela região e seu tratamento de saúde está parado; e ofício do Sr. Walter Antônio Pereira, presidente da Academia Mineira de Medicina, manifestando seu apoio à Fapemig e dizendo que os cortes financeiros afetarão de forma determinante o ensino e a pesquisa em Minas Gerais, levando a perdas irreversíveis para o seu futuro. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Wanderley Tavares de Mira, presidente da Câmara Municipal de Inconfidentes, publicado no *Diário do Legislativo* em 18/5/2019. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.880/2017 (Carlos Pimenta), e 18/2019 (Doutor Jean Freire), ambos no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 564/2019 (relator: deputado Hely Tarquínio), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 940, 959, 991, 1.031, 1.233, 1.236 e 1.237/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.663, 1.805, 1.859, 1.860, 1.861, 1.863, 1.865 e 1.866/2019. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 842/2019, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para que o Hospital da Baleia explique a sua situação financeira, por meio de gráficos demonstrativos, comparando com anos anteriores. (Emendado pelo deputado Arlen Santiago.) São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.938/2019, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos encaminhados aos centros de assistência de alta complexidade em oncologia – Cacons

– e às unidades de assistência de alta complexidade em oncologia – Unacons –, situados em Minas Gerais, por meio de recursos públicos do Estado e da União, bem como de recursos provenientes de emendas parlamentares estaduais e federais, detalhando o que foi repassado a cada uma dessas instituições;

nº 1.989/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública para debater os problemas financeiros do Hospital Regional de Varginha e os problemas relacionados aos atrasos nos repasses do Estado e do Ipsemg;

nº 2.001/2019, do deputado Osvaldo Lopes, em que requer seja realizada audiência pública para debater as dificuldades enfrentadas pelos portadores da esclerose múltipla no Estado;

nº 2.034/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o pagamento da dívida do Estado com os municípios relativa à saúde;

nº 2.092/2019, do deputado Douglas Melo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a falta de inúmeros medicamentos na assistência farmacêutica do Estado e seus impactos em pacientes acometidos por doenças raras;

nº 2.215/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a situação da saúde pública nos municípios mineiros em virtude do subfinanciamento por parte do Estado e do limite de gastos da União;

nº 2.217/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater os rumos e a cronologia da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais e prestar homenagem à entidade, que completa 73 anos no mês de junho;

nº 2.220/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Hospital da Santa Casa de Poços de Caldas pela comemoração dos 115 anos de sua fundação;

nº 2.282/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado pedido de providências a todas as câmaras municipais do Estado com vistas à realização de audiências públicas para debater as medidas de prevenção e controle da dengue;

nº 2.283/2019, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para dar efetividade à Lei Federal nº 12.732, de 2012, que estabelece prazo de 60 dias para início do primeiro tratamento de neoplasia maligna, e para que os hospitais gerais, desde que tenham cirurgião oncológico em sua equipe, possam utilizar os mesmos códigos da tabela de procedimentos unificada do SUS para os procedimentos de cirurgia oncológica;

nº 2.284/2019, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para habilitar a Casa de Caridade de Muriaé – Hospital São Paulo – como hospital geral com cirurgia oncológica;

nº 2.285/2019, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os valores financeiros repassados, no ano de 2018, a todos os centros de assistência de alta complexidade em oncologia – Cacons – e unidades de alta complexidade em oncologia – Unacons – do Estado, identificando os recursos oriundos da União, do próprio Estado e de emendas parlamentares federais e estaduais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2019.

Doutor Wilson Batista, presidente – Doutor Paulo – Professor Cleiton.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/5/2019

Às 15h38min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Leninha e Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Leninha, declara

aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 5.476/2018 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Betão aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs nº 1.202 e 1.203/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.112/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, ao Instituto Estadual de Florestas – IEF –, à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – e à Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT-MG – pedido de providências para que seja firmado, com urgência, termo de compromisso com a Comunidade Cabeceira do Piabanha, em Salto da Divisa, com vistas a garantir o cumprimento da Lei nº 21.147, de 2018, bem como da Lei Federal nº 9.985, de 2000, entre outras normas;

nº 2.119/2019, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com representantes do Ministério Público do Estado, da Polícia Rodoviária Federal, das delegacias de polícias especializadas e de outros órgãos públicos, a escalada de crescimento da exploração sexual de crianças e adolescentes em Minas, incluindo uma nova modalidade de exploração sexual de bebês, difundida na internet pelos denominados canais *deep web*;

nº 2.145/2019, do deputado Professor Irineu, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater os procedimentos relativos ao processo de adoção de crianças e adolescentes em Minas Gerais e colher sugestões que facilitem e incentivem a adoção;

nº 2.270/2019, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os impactos causados no Rio Itabirito pelo rompimento de Barragem da Herculano Mineração, ocorrido em 10/9/2014, detalhando a situação atual desse curso de água, bem como as ações – já implementadas, em curso e futuras –, de responsabilidade da empresa e a cargo do Estado, para a mitigação desses impactos e para a recuperação do rio;

nº 2.271/2019, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico e Cultural e da Habitação e Urbanismo do Ministério Público de Minas Gerais e ao promotor de justiça da Comarca de Itabirito pedido de informações sobre os impactos causados no Rio Itabirito pelo rompimento de barragem da Herculano Mineração, ocorrido em 10/9/2014, detalhando a situação atual desse curso de água bem como as ações – já implementadas, em curso e futuras –, de responsabilidade da empresa e a cargo do Estado, para a mitigação desses impactos e para a recuperação do rio; requerem também que, caso não disponham das informações solicitadas, indiquem qual instância ou órgão poderia fornecê-las;

nº 2.272/2019, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao promotor de justiça da Coordenadoria das Bacias dos Rios Jequitinhonha e Mucuri do Ministério Público de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a situação das nascentes do Córrego Gameleira, cujas águas deságuam no Rio do Peixe, após a realização de furos de sondagem pela empresa mineradora Anglo American em suas proximidades, há cerca de sete ou oito anos, tendo em vista que essas perfurações teriam ocasionado a secagem das nascentes mencionadas, com isso atingindo as comunidades de Floriano e Mumbaça;

nº 2.273/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Ribeirão das Neves para debater o impacto social decorrente da redução da oferta de ensino integral nesse município e as possíveis violações de direitos humanos relacionadas com esse fato;

nº 2.275/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação das famílias que moram nas áreas de servidão da Cemig nos Bairros Nova Contagem, Vila Nova Esperança, Vila Feliz e outras localidades do Município de Contagem;

nº 2.276/2019, da deputada Leninha, da deputada Andréia de Jesus e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura de Serro pedido de informações sobre as ações que estão sendo desenvolvidas para garantir os direitos das comunidades quilombolas localizadas no citado município;

nº 2.278/2019, das deputadas Andréia de Jesus, Leninha e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para que promova cursos de capacitação para os magistrados de primeira e segunda instâncias acerca da aplicabilidade dos tratados internacionais de direitos humanos na resolução dos conflitos submetidos ao Poder Judiciário, conforme § 3º do art. 5º da Constituição Federal, especialmente no tocante à questão da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, e do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010); e sejam anexadas as notas taquigráficas da 14ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater o direito à consulta das comunidades quilombolas para autorização de empreendimentos minerários em territórios quilombolas e o caso da Comunidade Quilombola de Queimadas, no Serro;

nº 2.292/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para manter em funcionamento o Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua;

nº 2.294/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a implementação das propostas elaboradas pelo Fórum Técnico Plano Estadual da Política para a População em Situação de Rua.

É aprovado relatório de visita ao Centro Socioeducativo de Ipatinga, realizada em 17 de abril de 2019, que segue publicado após as assinaturas. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos Samuel Rodrigues e Rafael Roberto, do Movimento Nacional de População de Rua. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2019.

Andréia de Jesus, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Local visitado: Centro Socioeducativo de Ipatinga – CES – Ipatinga.

Apresentação

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 1.010/2019, aprovado por essa comissão, foi realizada visita técnica de monitoramento ao Centro Socioeducativo – CSE – de Ipatinga, em 17 de abril de 2019, com fulcro na Lei nº 13.955, de 20/7/2001, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos carcerários.

Participaram da visita a deputada Andreia de Jesus, assessores de seu gabinete, a vereadora Lene Teixeira (PT), da Câmara Municipal de Ipatinga, as Sras. Letícia F. Cunha, defensora pública estadual, e Joellen Rocha, assessora parlamentar da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Ipatinga. Procedeu-se à oitiva dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e a entrevistas com agentes penitenciários, técnicos e dirigentes da unidade, e foram encaminhados ofícios. A deputada Andreia de Jesus e as pessoas que a acompanharam na visita participaram de audiência pública na Câmara Municipal de Ipatinga, requerida pela Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e de Defesa dos Portadores de Necessidades Especiais do parlamento local, sobre a estrutura e o funcionamento da referida unidade de internação.

Relato

O Centro Socioeducativo – CSE – de Ipatinga tem o seguinte corpo diretivo: diretor-geral: Samuel Gonçalves do Nascimento; diretor de segurança: Reginaldo Cotta; diretora de atendimento: Fernanda Gulart. Os visitantes obtiveram a informação de que no local funcionava anteriormente uma clínica terapêutica que foi adaptada para receber provisoriamente a unidade socioeducativa, de que há um termo de ajustamento de conduta – TAC – firmado entre o Estado e o Ministério Público para a construção de 18 unidades do sistema socioeducativo, entre elas a unidade permanente do CSE Ipatinga, e de que já há um terreno desmembrado da Cenibra à disposição para a construção do centro, sem que, contudo, fosse dada sequência à implementação do CSE permanente.

O CSE de Ipatinga foi inaugurado em 26/6/2014, com capacidade para 40 adolescentes do sexo masculino, e recebeu jovens da unidade provisória que havia no Município de Açucena, ressaltando-se que o centro de internação atende hoje os municípios que fazem parte do eixo da região do Vale do Aço. No dia da visita da comissão, havia cerca de 50 adolescentes na unidade, ou seja, dez a mais que o número de vagas estabelecido como capacidade máxima. Em Açucena havia cerca de 90 agentes, número que foi reduzido para 60 na unidade de Ipatinga.

No CES Ipatinga foram identificados alguns pontos importantes que colidem com o que preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda –, responsável por deliberar sobre a política de atenção à infância e à adolescência, pautado sempre no princípio da democracia participativa, tem buscado cumprir seu papel normatizador e articulador, ampliando os debates e sua agenda para envolver efetiva e diretamente os demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos.

Segundo o Sinase, o acesso às políticas sociais, indispensável ao desenvolvimento dos adolescentes, se dará, preferencialmente, por meio de equipamentos públicos o mais próximo possível do local de residência do adolescente (pais ou responsáveis) ou de cumprimento da medida. A medida de internação, seja provisória, seja decorrente de sentença, implica satisfação de necessidades e direitos no interior das unidades de atendimento. Assim como nas demais medidas socioeducativas, esse atendimento, sempre que possível, deve ser prestado em núcleos externos, em integração com a comunidade, com a perspectiva de trabalhar os preconceitos que pesam sobre os adolescentes sob medida socioeducativa de internação provisória.

Constatou-se que a unidade básica de saúde mais próxima do CES de Ipatinga não está atendendo todos os adolescentes do centro, mas somente os que moram fora da cidade, sendo os adolescentes da cidade encaminhados às unidades básicas de saúde – UBS – em que já são cadastrados. Profissionais apontam dificuldades neste deslocamento, como risco de sofrer algum atentado, já que muitas vezes, além das ameaças que sofrem os jovens no local, faltam transporte adequado e agentes socioeducativos disponíveis para a locomoção sem onerar o serviço. Segundo relatos, havia anteriormente uma equipe de saúde da família que realizava visitas quinzenais, serviço que foi interrompido, bem como o atendimento odontológico, que, além disso, não tem previsão de retorno.

Em casos em que são necessários atendimentos do Centro de Atenção Psicossocial – Capsi –, que conta com uma unidade na cidade, há dificuldade de encaminhamentos. O Capsi é uma espécie de ambulatório, sendo deficitário em relação ao acompanhamento psicossocial dos adolescentes que muitas das vezes têm sofrimento mental ou usam drogas.

A partir do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA –, a medida de internação, de acordo com os princípios da brevidade e excepcionalidade (art. 121 do ECA), deve ser aplicada em casos de infrações graves, respeitando-se o limite de três anos, e o adolescente deve passar por um processo de reavaliação bem fundamentada a cada seis meses; entretanto o que vimos em Ipatinga foi um adolescente com a avaliação (revisão de medida) atrasada em nove meses.

Os adolescentes trouxeram à tona suas reivindicações e demonstraram o peso do descaso. Falas trazidas por eles: “minha cara foi socada três vezes na grade”; “ladrão tem que apanhar na cara”; “já apanhei de ferro”; “me deixaram algemado durante quatro horas, pés e mãos”; “tem nove meses que estou aqui e eles não mandam meu relatório”; “põe a gente igual Jesus Cristo sem encostar os pés no chão”; “eu tenho bronquite, passo mal todos os dias e essa sala desse jeito toda mofada”; “existe espancamento, não socialização”; “não tem curso profissionalizante, são poucas oportunidades”.

No dia 17/9/2017 um adolescente foi encontrado morto na unidade, tendo havido questionamentos se houve negligência da direção ou dos agentes com o caso. O adolescente havia entregue uma carta à mãe dizendo que estaria sendo ameaçado e que morreria em breve. A notícia está em: <https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/adolescente-e-morto-dentro-de-centro-socioeducativo-em-ipatinga.ghtml>.

A maioria dos atos infracionais são furtos, roubos e tráfico de drogas, ou seja, crimes relacionados com o patrimônio e com o acesso à renda. Não foi identificado excesso de prazo no cumprimento da medida, a liberação dos adolescentes é imediata. Não há rede articulada de equipamentos públicos, tais como Centro de Referência de Assistência Social – CRAS –, Centro de Referência de Assistência Social – CREAS – e serviços socioassistenciais.

Relata-se discriminação no atendimento aos internos e egressos, até mesmo pelas escolas que se recusam a matricular e as unidades de pronto atendimento – UPAs – que se recusam a atender. Os adolescentes não conseguem atendimento odontológico no município, e as equipes técnica e de segurança não conseguem alinhar os trabalhos. Há projetos na unidade de corte de cabelo, futebol, horta, galinheiro, escola, coral, festa junina, divulgação de livro.

Estrutura da Unidade



Figura 1 : Vista de área externa da unidade

Os alojamentos possuem pouca ventilação e iluminação, especialmente nas celas com as janelas voltadas para o muro da rua. Foram constatados mofo, infiltrações, vasos sanitários quebrados e chuveiro gelado. Havia um alojamento interditado. Há uma

ação civil pública para limitar a 40 atendidos, mas a decisão estendeu a sessenta. Não há camas para todos, alguns adolescentes dormem com o colchão no chão. A estrutura física da unidade, por ter sido improvisada, é inadequada, e há lâmpadas, forro de PVC, espelho que podem virar um chucho.



Figura 2: Visão interna de alojamento



Figura 3: Visão interna de alojamento

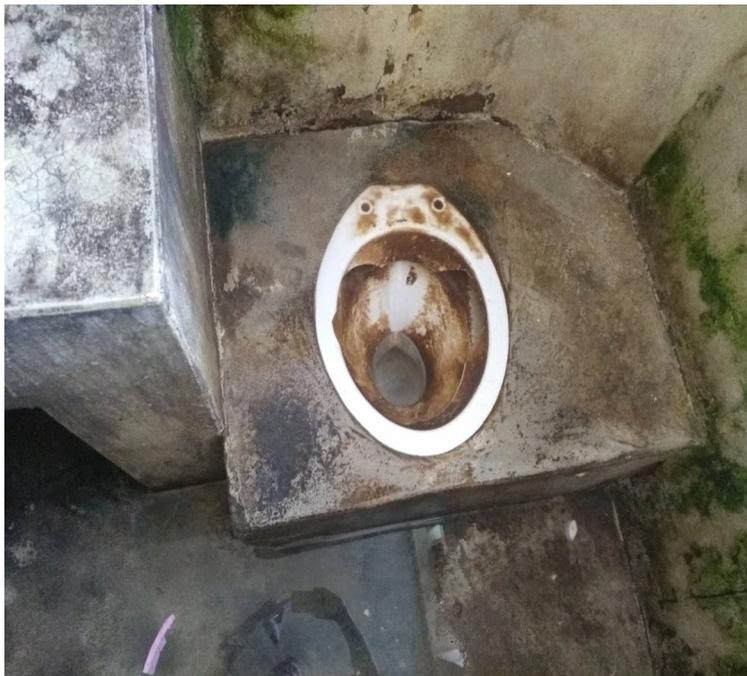


Figura 4: Sanitário externo da unidade



Figura 5: Vista da parte de trás da cozinha, que apresenta odor de esgoto. A caixa de esgoto de toda unidade está atrás da janela da cozinha

Realidade Apresentada pelos Agentes do Socioeducativo

Foi relatado que há um total de 63 agentes atuando, e o ideal seria o dobro desse número. Desse total, 20% dos agentes são efetivos e 80% são contratados. Informaram que três agentes estão afastados pelo INSS e um em reajuste funcional. A superlotação aumenta a tensão interna na unidade e há receio do aumento da sobrecarga de trabalho a partir do vencimento dos contratos. Há demanda dos agentes por capacitação, formação em direitos humanos, oportunidade de estudo e pós-graduação.

Relataram que cinco agentes foram transferidos para Governador Valadares depois da morte de dois adolescentes na unidade desse município. Ver notícias em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/04/23/interna_gerais.864246/jovem-e-assassinado-e-tem-o-coracao-arrancado-em-centro-socioeducativo.shtml; <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/adolescente-de-15-anos-%C3%A9-morto-por-colega-em-centro-socioeducativo-de-governador-valadares-1.450005>.

Foi afirmado que a equipe de agentes está sobrecarregada por grande carga de trabalho, com média de 16 agentes diurnos e 12 noturnos, atuando nos feriados somente 11 ou 12 diurnos e 7 ou 8 noturnos. Que em momentos de distúrbios, as contenções acontecem no corpo a corpo, ocasionando assim maiores lesões aos adolescentes. Os agentes demandam o uso do *spray* de pimenta, que evitaria o contato. Os agentes mais atuantes nas contenções (não são todos que se dispõem a isso) são os mais denunciados pelos adolescentes. Há o reconhecimento de que há também excessos praticados por agentes, mas que as apurações precisam ser justas, inclusive quando feitas internamente.

Os agentes relataram que não dispõem de acompanhamento psicológico, embora se trate de trabalho de grande estresse mental e físico, que não há um espaço físico adequado para os servidores, nem mesmo banheiro adequado, que há diferença de tratamento da direção, havendo favorecimento aos efetivos, que os contratados são determinados para trabalhos que os efetivos se negam a fazer, como escoltas em locais perigosos, e que no final do ano os contratados não conseguem tirar férias.

Os agentes alegam que há determinação da direção de cumprimento de ações sem que se garanta segurança para os agentes, que não há curso de defesa pessoal e também não há curso de mediação de conflito. Que no conflito em que houve fogo no alojamento e 15 agentes entraram para fazer a contenção, o agente que fez a contenção na qual um adolescente perdeu um dente, teria sido um agente efetivo, e não um contratado, que teria levado toda a culpa.

Os agentes relataram que não há reconhecimento das ações positivas elaboradas por eles, proposição de projetos, atividades, etc. Que o Ipsemg cortou convênios com hospitais e centros médicos de Ipatinga, que está havendo parcelamento de salários, que há agentes em desvio de função, fazendo limpezas, por exemplo, que foi instituído o Centro de Formação de Agentes Socioeducativos em dezembro de 2018, mas que até então não há previsão de implementação, que os casos de violação dos deveres funcionais dos agentes não são devidamente investigados e punidos tendo em vista que a responsabilidade é de órgão externo ao CSE.

Realidade Apresentada pela Equipe Técnica

A equipe técnica relatou que faltam computadores para a execução do trabalho; que, de modo recorrente, acaba a água em toda a unidade, inclusive os bebedouros, dificultando a higienização na enfermagem e a realização das atividades na cozinha, que acontece em decorrência de um problema interno na caixa d'água; que na unidade há uma pedagoga, uma terapeuta ocupacional, uma assistente social, dois analistas, um assistente administrativo, uma enfermeira e uma técnica de enfermagem; que há três psicólogas, mas uma afastada por motivos psiquiátricos. Que a unidade foi adaptada para ser um centro socioeducativo e que, quando chove, molha o corredor e goteja nas salas de aulas; que não há ventilador nas salas; que escutam denúncias recorrentes de violências praticadas pelos agentes, como adolescente algemado nas grades de modo que fiquem só na ponta dos pés, adolescente algemado na forma de "Jesus Cristo" e em escorpião (mãos e pés pelas costas). Que os fluxos do encaminhamento das denúncias estão sendo revistos, tendo em vista o vazamento de informações e o conseqüente assédio sofrido; que a presença de câmeras de segurança na unidade ajudaria evitar agressões; que uma adolescente mulher trans, tendo o nome social de Sabrina Cardoso, teria tido a cabeça raspada compulsoriamente ao entrar na unidade (foto abaixo); que há uma distância entre as equipes de segurança e técnica, que não recebem a mesma formação; que os cursos de formação são realizados por diretoria do CSE e com isso há um descompasso entre as equipes técnicas; que acontece de repassarem a medicação aos agentes, mas essas não chegam aos adolescentes; que os agentes, para se absterem da entrega da medicação, alegam que não são "garçons de ladrão"; que não há suporte para atendimento médico à unidade, não há atendimento médico especializado e nem odontológico, que a maioria dos adolescentes chegam com necessidade de

tratamento odontológico; que chegam com crise de abstinência, irritabilidade, insônia e não recebem atendimento adequado; que a diretora Fernanda havia sido ameaçada pela atuação em defesa dos direitos dos adolescentes. “Não bastasse, há notícia de ameaça praticada por agente socioeducativo em face da diretora de Atendimento, após o último episódio de agressão contra um socioeducando, o que revela a sensação de impunidade dos referidos agentes, a segurança de que detêm poder e superioridade, e a certeza de que a violência é o caminho para a solução dos problemas ali vivenciados.” (Defensoria Pública da Infância e Juventude ao diretor da unidade socioeducativa 22/3/2019; ver no Anexo 3); que há material de higiene e limpeza em Belo Horizonte sem transporte para Ipatinga; que os alojamentos estão com mofo onde aparecem ratos, baratas, lacraias; que o aquecedor solar está estragado e com isso só há banhos gelados – destaca-se que no inverno em Ipatinga chega a fazer 14°C; que a cozinha é precária, os adolescentes chamam de “carne monstro”, que o leite achocolatado da noite costuma estar azedo; que há um baixo número de agentes; que há dois carros para os deslocamentos, mas que um sempre está estragado; que sofrem desrespeito e assédio, que não há uma boa convivência com os agentes de segurança; que os agentes importunam e assediam também familiares, sendo elas mães, irmãs ou quaisquer outras mulheres que eventualmente compareçam ao CSE; que não há na unidade técnico jurídico, cargo responsável pela confecção dos relatórios para encaminhamento ao Poder Judiciário a fim de acompanhar e revisar a execução das medidas aplicadas, e, com isso, são inúmeros os casos de adolescentes que estão sem previsão de desligamento; que houve caso de fuga de adolescente, o qual teria sido “capturado” por agentes durante o período de folga. Que nessa situação, o adolescente sofreu violências e foi entregue ao CSE; que as ocorrências narradas pelos adolescentes não são transcritas como relatadas; que os médicos da UPA não dão laudo das agressões.



Figura 6: Foto de jovem com a cabeça raspada compulsoriamente

Realidade Apresentada pelos Adolescentes

Foram relatadas denúncias de violências físicas praticadas pelos agentes do socioeducativo, incluindo espancamentos e “algemação escorpião”. O relato é condizente com a oitiva feita pela Defensoria Pública da Infância e Juventude (ver Anexo 4). Houve também relatos de violências psicológicas, com xingamentos, constrangimentos, humilhações, ameaças e isolamento. Além disso, foram relatados os seguintes pontos: que há um instrumento, o “chico doce”, utilizado pelos agentes para agredi-los; que um adolescente teria sido pisado na cabeça por um agente; que dois adolescentes teriam ficado uma noite toda algemados; que há prática de corredor polonês, com tapas no ouvido; que o leite da noite estaria azedo e o suco com gosto de remédio; que um adolescente teria sido algemado na forma “Jesus Cristo”; que o agente o teria feito enfiar a mão dentro do vaso para buscar suposta droga; que há

transferência para outras unidades sem comunicação prévia; que os agentes assediam suas familiares por ocasião das visitas; que a maioria das violações ocorre nos fins de semana, quando o corpo técnico-administrativo não se encontra na unidade; que não há periodicidade na realização de assembleias; que há internos naturais de cidades muito afastadas de Ipatinga – Jequeri, Ponte Nova, Sete Lagoas –, e com isso não recebem visitas de familiares há meses. Tais internos reivindicam a transferência para unidades mais próximas de suas respectivas cidades; que há internos com problemas de saúde, entre eles problemas nas vias respiratórias, e que, submetidos às condições precárias dos alojamentos (mofo, umidade, falta de ventilação, presença de animais peçonhentos, ausência ou pouca iluminação natural ou mesmo artificial) e à ausência de acompanhamento médico pela rede pública, têm agravados seus quadros clínicos.

Apresenta-se a seguir trecho de uma comunicação da Defensoria Pública da Infância e Juventude ao diretor-geral da unidade: “Mencionam os adolescentes que os agentes socioeducativos utilizam-se de algemas nas mãos, formando espécie de soco inglês, e barras de ferro, para proferirem golpes; além disso, praticam algemamento simultaneamente das mãos e pés para trás (posição escorpião), jogam manta sob a cabeça do adolescente enquanto estão algemados, algemam internos nus, dentre outras práticas” (ver Anexo 3).

Adolescente ouvido pela direção de unidade por ocasião de um incêndio, em 19/1/2018, afirma que: “na saída do alojamento foi contido pelo agente Wemerson, sendo que levou um chute na costela, e ao cair no chão um chute acertou a sua boca (vindo a quebrar um dente) e ficou desacordado”.

Realidade Apresentada pela Equipe de Cozinha



Figura 7: Foto da cozinha

Foi relatado que há mudanças recorrentes da empresa terceirizada responsável pela prestação dos serviços de manipulação, preparo e distribuição dos alimentos; que são apenas três funcionárias (duas trabalhadoras por plantão de 12x36 horas e uma de jornada de meio período) para o preparo de cinco refeições diárias para todos os adolescentes, agentes e corpo técnico, o que implica sobrecarga de trabalho; que seria necessário ao menos mais uma funcionária para reduzir a sobrecarga de trabalho; que a caixa de esgoto localizada ao lado da cozinha é limpa diariamente pelas trabalhadoras terceirizadas, para impedir transbordamentos; que há um forte cheiro de esgoto na cozinha em razão da proximidade da caixa de esgoto, com possível risco de contaminação dos alimentos;

que frequentemente há falta de água, o que dificulta ou mesmo impede a prestação dos serviços para os quais foram contratadas; que a qualidade dos alimentos fornecidos é condizente com o contrato firmado junto à empresa de prestação de serviços.

Realidade da Escola

Foi constatado que não há infraestrutura e que as professoras e professores arcam com os custos dos materiais e das atividades. Além disso, os recursos são mal distribuídos pela escola sede.

ANEXOS

1 – OFÍCIO DA DEPUTADA ANDREIA DE JESUS À DEFENSORIA PÚBLICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE IPATINGA SOLICITANDO INFORMAÇÕES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício 10/2019

Gabinete da Deputada Andreia de Jesus

Belo Horizonte, 07 de maio de 2019

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais tem trabalhado a pauta da situação do sistema prisional em Minas Gerais, incluindo o sistema socioeducativo. Com esse escopo a Deputada Andreia de Jesus (PSOL) realizou visita técnica, no dia 17 de Abril, ao Centro Socioeducativo de Ipatinga, no Vale do Aço, para apurar as condições de funcionamento da unidade, o respeito aos direitos humanos, bem como as relações e condições de trabalho no local. A visita foi fruto de requerimento aprovado na referida Comissão após relatos terem aportado nesse espaço.

No mesmo dia, na parte da tarde, a referida Deputada participou de Audiência Pública sobre a estrutura e funcionamento do Centro Socioeducativo de Ipatinga, na Câmara Municipal de Ipatinga, requerida pela Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e de Defesa dos Portadores de Necessidades Especiais do parlamento local.

Por oportuno, requisitamos à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPE-MG), na pessoa da Dra. Letícia Fonseca Cunha, relatório produzido por essa instituição sobre o funcionamento do Centro Socioeducativo de Ipatinga para subsidiar os trabalhos dessa Comissão de Direitos Humanos.

Andreia de Jesus
Deputada Estadual

Atenciosamente,

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de MG

À Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPE-MG)
Defensora Pública Letícia Fonseca Cunha
Av. Maria Jorge Selim de Sales (Praça dos Três Poderes), 170, Sala 130, Centro
35160-011
Ipatinga – Minas Gerais

1

2 – RESPOSTA AO OFÍCIO DA DEPUTADA ANDREIA DE JESUS:

Exma. Sra. Deputada Estadual Andreia de Jesus,

Em resposta ao ofício 10/2019, informo que, infelizmente, o arquivo do relatório que elaborei, após minha visita institucional ao CSE-Ipatinga, se corrompeu. De todo modo, encaminho os e-mails que enviei ao diretor da unidade e ao promotor de justiça, com os arquivos anexos, a fim de que tenha conhecimento do material que consegui colher, até os dias de hoje, contando com vosso apoio para cessar as violações de direito nesta unidade.

Acrescento que, em resposta, dois agentes foram colocados em atividades na portaria, para serem afastados do contato direto com os adolescentes. O agente socioeducativo Eder Dias Gomes está afastado do trabalho desde o dia 24/02/2019, com retorno previsto para 25/05/2019.

Atenciosamente,

Letícia Fonseca Cunha, defensora pública da Infância e Juventude e Cooperação Criminal – coordenadora da Comarca de Ipatinga – coordenadora Regional do Vale do Aço

3 – COMUNICAÇÃO DA DEFENSORA PÚBLICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE AO DIRETOR DA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA:

Exmo. Sr. Samuel Gonçalves Nascimento,

Sou Defensora Pública, em Ipatinga, titular da defensoria pública da Infância e Juventude.

Há alguns meses o CE-Ipatinga tem sido palco das mais diversas agressões físicas e psicológicas contra adolescentes acautelados. Os relatos que seguem anexos representam apenas parcela do que tem acontecido na unidade, visto que, na maioria das vezes, os socioeducandos não revelam o ocorrido, por medo de represálias.

Note-se que as primeiras declarações datam de 2016 e as últimas de março de 2019, com intervalo entre elas. Porém, nos últimos meses, as denúncias de maus tratos aos adolescentes se intensificou, sem que providências efetivas sejam adotadas, apesar de devidamente cientificadas as autoridades competentes.

Há detalhes de modus operandi nas informações prestadas pelos socioeducandos, ora como vítimas, ora como testemunhas. Chama a atenção a reiteração de citação de alguns agentes, como autores de atos de violência: Emerson, Eder, Gleison, Ranieri, Júlio, Muai-Tai (cujo nome o adolescente não se recordou), Edmar, Taylor, Wemerson, Gomes, Duda (cujo nome o adolescente não se recordou), Alexandre.

Mencionam os adolescentes que os agentes socioeducativos utilizam-se de algemas nas mãos, formando espécie de soco inglês, e barras de ferro, para proferirem golpes; além disso, praticam algemamento simultaneamente das mãos e pés para trás (posição escorpião), jogam manta sob a cabeça do adolescente enquanto estão algemados, algemam internos nus, dentre outras práticas.

O excesso de violência perpetrada contra os adolescentes afasta a possibilidade de qualquer configuração prévia de legítima defesa. Ao contrário, revela ações deliberadas para demonstrar superioridade de poder, na tentativa de subjugar os socioeducandos por meio da força e da humilhação. De fato, a motivação para ditas atitudes são as mais diversas, porém, uma circunstância é elemento comum: a desproporção entre ação (que supostamente teria sido praticada pelos adolescentes) e reação.

A permanência dos mencionados agentes socioeducativos no CSE-Ipatinga representa sério risco à integridade física e psicológica dos internos, bem como a adequada evolução da medida socioeducativa, haja vista que a truculência das atitudes aqui apontadas gera intolerância dos adolescentes entre si e para com os agentes socioeducativos, desrespeito em relação às normas internas e insegurança.

Não bastasse, há notícia de ameaça praticada por agente socioeducativo em face da Diretora de Atendimento, após o último episódio de agressão contra um socioeducando, o que revela a sensação de impunidade dos referidos agentes, a segurança de que detêm poder e superioridade, e a certeza de que a violência é o caminho para a solução dos problemas ali vivenciados.

Os fatos mais recentes ainda estão sendo apurados e, para melhor elucidação das questões, a Defensoria Pública solicita, com URGÊNCIA, o afastamento dos agentes reiteradamente citados nos episódios de agressão das atividades que envolvem contato direto com os socioeducandos, a fim de que evitar eventuais retaliações contra aqueles que se rebelam contra os atos de violência e os relatam às autoridades competentes.

Pela eventualidade, solicita o afastamento, nos mesmos termos em que acima declinado, dos agentes socioeducativos mais citados pelos adolescentes, a saber: Emerson, Eder e Gleison.

Atenciosamente,

Letícia Fonseca Cunha, defensora pública da Infância e Juventude e Cooperação Criminal – coordenadora da Comarca de Ipatinga – coordenadora Regional do Vale do Aço

4 – OITIVA DE ADOLESCENTE PELA DEFENSORIA PÚBLICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE EM 1º/2/2019:

“Estava no alojamento 2 onde o vaso sanitário estava entupido há mais de uma semana. Os socioeducandos avisaram aos agentes socioeducativos do entupimento. Tentou-se solucionar o problema com o desentupidor, mas não foi possível. Em razão disso os adolescentes precisavam defecar em sacolas e passar a outros alojamentos, para que as fezes fossem descartadas no vaso sanitário; o agente Ronieri presenciou o declarante tentando jogar a sacola de fezes para o alojamento 4 e o impediu. Ato contínuo, ordenou que o declarante comesse as fezes, que se negou, e diante disso, foi algemado e agredido com chutes e tapas no rosto, na costela, nos braços, na mão direita...após cessar a violência física, Ronieri algemou o declarante em posição conhecida como escorpião (mãos e pés para trás simultaneamente).”

5 – OITIVA DE ADOLESCENTE PELA DIREÇÃO DA UNIDADE PELA OCASIÃO DE UM INCÊNDIO EM 19/1/2018:

Afirma que: “na saída do alojamento foi contido pelo agente Emerson, sendo que levou um chute na costela, e ao cair no chão um chute acertou a sua boca (vindo a quebrar um dente) e ficou desacordado”.

ENCAMINHAMENTO

Recomendo que este relatório seja enviado para conhecimento e devidas providências aos seguintes órgãos:

- Ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura;
- Ao Conselho Nacional de Direitos Humanos;
- À Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública;
- À Ouvidoria-Geral do Estado;
- À Subsecretaria de Direitos Humanos do Governo Estadual de Minas Gerais;
- Ao Ministério Público Estadual – MPE –, na pessoa dos Exmos. Promotores de Justiça Coordenadores do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos – CAO-DH –, e à Promotoria da Comarca de Ipatinga-MG, na pessoa do Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Francisco de Assis, para que sejam adotadas todas as medidas que entenderem cabíveis;
- Ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG –, para que tome as providências que julgar cabíveis.
- Ao Juízo da Vara da Infância e Juventude de Ipatinga, para conhecimento e providências cabíveis;
- À Defensoria Pública Estadual – DPE –, na pessoa da Dra. Letícia, coordenadora da Defensoria Pública no Vale do Aço.
- À Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil.
- Ao Programa de Proteção à Defensores de Direitos Humanos – PPDDH – para inclusão de Fernanda Gulart, diretora de atendimento da unidade socioeducativa de Ipatinga.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2019.

Andréia de Jesus, relatora.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/5/2019

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.229/2015, no 1º turno, cuja relatoria avocou a si. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.867/2017 (relator: deputado Professor Wendel Mesquita) 626/2019 (relator: deputado Bosco), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.114, 1.207, 1.209 a 1.211/2019. Submetido a votação, é rejeitado o Requerimento nº 1.125/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.070/2019, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, ao presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig (Codemge) –, ao presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – e ao presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – pedido de informações sobre a relação dos projetos artísticos, musicais, esportivos, culturais e congêneres que foram financiados diretamente pelo Estado, através de suas secretarias e órgãos estaduais, bem como pela Gasmig, Copasa, Cemig e BDMG Cultural nos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018, com a discriminação dos eventos contemplados com recursos financeiros no Estado e nos municípios e os respectivos valores liberados para cada evento;

nº 2.071/2019, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura pedido de informações consubstanciadas na relação dos projetos beneficiados com a Lei de Incentivo à Cultura nos exercícios de 2015 a 2018, com a discriminação das pessoas jurídicas e físicas autoras dos projetos, do valor liberado para cada projeto e das empresas financiadoras;

nº 2.236/2019, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com os organizadores do Festival Literário de Araxá – Fliaraxá – pela realização da 8ª edição desse evento;

nº 2.237/2019, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM – pelo apoio à realização da 29ª edição do Encontro de Folias de Reis da Capela Mártir Filomena;

nº 2.238/2019, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação da Capela Mártir Filomena pela realização da 29ª edição do Encontro de Folias de Reis da Capela Mártir Filomena;

nº 2.269/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria Especial de Cultura pedido de providências para que disponibilize aos municípios mineiros um exemplar da cartilha *Jogos e Brincadeiras das Culturas Populares na Primeira Infância*, diante da relevância desse trabalho publicado em forma de manual, que reúne atividades e brincadeiras da cultura tradicional do Brasil para a primeira infância, divididos por faixa etária, desde o nascimento até os seis anos;

nº 2.302/2019, dos deputados Bosco, Antonio Carlos Arantes e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja formulado voto de congratulações com os Srs. Paulo Henrique Mendonça, Cristiano Novaes e Afonso Mendonça, participantes da Tradicional Cavalgada dos Amigos de João Pinheiro, pela realização do evento no dia 25 de maio de 2019.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2019.

Professor Wendel Mesquita, presidente – Ione Pinheiro – Mauro Tramonte.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/6/2019

Às 15h20min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos, Celise Laviola e Ione Pinheiro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.048/2019, das deputadas Ana Paula Siqueira e Marília Campos, em que requerem seja encaminhado à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados pedido de providências para alterar o § 3º do art. 20 da Lei Federal nº 8.742, de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências, de forma a aumentar o limite da renda exigida para a concessão do benefício de prestação continuada;

nº 2.087/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para priorizar, em cumprimento do disposto na Lei nº 23.243, de 4/1/2019, a realização de campanhas anuais, durante o mês de março, de mobilização social pela humanização do parto e pela eliminação de todas as formas de violência obstétrica, bem como a elaboração e a distribuição, em caráter permanente, de cartilhas informativas sobre essa temática em todas as regiões do Estado;

nº 2.089/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao ministro da Saúde pela edição do despacho Dapes/SAS/MS, de 3/5/2019, assinado por gestores responsáveis pela Coordenadoria-Geral de Saúde das Mulheres, pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas e pela Secretaria Executiva, por meio do qual o Ministério da Saúde orienta a abolição do uso da expressão “violência obstétrica” no âmbito dos serviços de saúde no País;

nº 2.090/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para priorizar a regulamentação da Lei nº 23.175, de 21/12/2018, que dispõe sobre a garantia de atendimento humanizado à gestante, à parturiente e à mulher em situação de abortamento, para prevenção da violência na assistência obstétrica no Estado, assegurando-se ainda sejam objetos de futura regulamentação a realização de campanhas educativas, bem como a distribuição de cartilhas e a afixação de cartazes sobre essa temática, especialmente no âmbito das unidades de atendimento à saúde, em todas as regiões do Estado;

nº 2.099/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a instalação de delegacia especializada de crimes contra a mulher no Município de Ouro Preto;

nº 2.100/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita à Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher no Município de Vespasiano para conhecer sua estrutura e seu funcionamento;

nº 2.101/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita à Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher no Município de Santa Luzia para conhecer sua estrutura e seu funcionamento;

nº 2.102/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita à Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher no Município de Nova Lima para conhecer sua estrutura e seu funcionamento;

nº 2.150/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – pedido de providências para analisar a viabilidade de incluir a população circense no censo demográfico do IBGE;

nº 2.152/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que os serviços prestados pela Rede de Enfrentamento à Violência sejam ofertados em parceria com ações de geração de renda e autonomia das mulheres;

nº 2.153/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para ampliar os programas estaduais Empodera e Arte de Juntar como forma de geração de renda e autonomia das mulheres;

nº 2.155/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para ampliar as delegacias especializadas de atendimento às mulheres – Deams – para atender as mulheres em situação de violência de forma humanizada, com boa estrutura física e equipe técnica interdisciplinar adequada, nos horários diurno e noturno, com sistema de plantões, incluindo finais de semanas e feriados;

nº 2.156/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fortalecimento e a estruturação do Conselho Estadual da Mulher – CEM ;

nº 2.157/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a criação de programa estadual que reúna as ações voltadas para empregabilidade e autonomia econômica das mulheres, nos moldes do que propõe o Plano Decenal de Políticas para as Mulheres em seu Eixo 1 – Criação, Implementação e Desenvolvimento do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça de Minas Gerais;

nº 2.159/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para ampliar as políticas públicas de empregabilidade das mulheres, com ações que possibilitem o acesso, a permanência e a ascensão profissional das mulheres no mercado de trabalho formal, inclusive com a perspectiva de diminuir a desigualdade de rendimentos entre mulheres e homens e ações de empreendedorismo e economia popular solidária, na perspectiva de geração de renda e de autonomia das mulheres;

nº 2.180/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências com vistas a realizar estudo sobre a viabilidade da criação de equipamentos públicos destinados a propiciar a convivência social de pessoas com deficiência, que já passaram pelo percurso escolar, e seus familiares, com a oferta de serviços de apoio pedagógico e terapêutico a esse público;

nº 2.181/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura e à Câmara Municipal de Barbacena pedido de providências para realizar estudo sobre a viabilidade da criação de equipamento público no município destinado a propiciar a convivência social de pessoas com deficiência, que já passaram pelo percurso escolar, e seus familiares, com a oferta, inclusive, de serviços de apoio pedagógico e terapêutico;

nº 2.182/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Associação Mineira de Municípios pedido de providências para atuar, no âmbito de suas competências, no fomento à criação de conselhos municipais da pessoa com deficiência, de modo a propiciar a implementação de políticas públicas destinadas a esse público no Estado;

nº 2.183/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências para priorizar o fomento à criação de conselhos municipais da pessoa com deficiência, como forma de propiciar a implementação de políticas públicas destinadas a esse público em todas as regiões do Estado;

nº 2.184/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação e à Superintendência Regional de Ensino de Barbacena pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária, para analisar, com a celeridade possível, a viabilidade de ofertar os anos finais do ensino fundamental no Centro Estadual de Educação Especial Maria do Rosário, nesse município, e implementar melhorias de infraestrutura na mencionada escola, ampliar o quantitativo de professores de apoio e de material didático fornecido na unidade, do modo a incrementar as condições de ensino;

nº 2.185/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Educação, Desporto e Cultura de Barbacena pedido de providências para a adoção de ações de fortalecimento da educação especial no município, apoiando, de modo especial e dentro das condições possíveis, as atividades desenvolvidas no Centro Estadual de Educação Especial Maria do Rosário;

nº 2.186/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público da Comarca de Barbacena e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça das Crianças e dos Adolescentes do Ministério Público Estadual pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária, para propor, no âmbito de suas competências e atribuições legais, as medidas administrativas e judiciais pertinentes para propiciar a oferta dos anos finais do ensino fundamental no Centro Estadual de Educação Especial Maria do Rosário, nesse município, bem como garantir a implementação de melhorias de infraestrutura na escola, com a ampliação do quantitativo de professores de apoio e o incremento do material didático fornecido na unidade;

nº 2.187/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura e à Câmara Municipal de Barbacena e ao Ministério Público da Comarca de Barbacena pedido de providências para envidarem esforços, no âmbito de suas competências, para a implementação de melhorias nas condições de mobilidade e acessibilidade na cidade, incluindo a realização de obras em ruas e calçadas e incrementos nos serviços de táxis e ônibus, a exemplo da ampliação do quantitativo de ônibus com elevadores e da realização de estudos sobre a concessão de passe livre no município;

nº 2.188/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pedido de providências com vistas a implantar melhorias estruturais, no âmbito da ALMG, com vistas a atender as necessidades de crianças e adultos com deficiência, e de seus familiares, incluindo a realização de estudo sobre a viabilidade de implantação de espaços próprios destinados a esse público, como a instalação de fraldários;

nº 2.197/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer sejam encaminhadas à Subcomissão Especial de Seguridade da Mulher da Câmara dos Deputados as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater os impactos sociais na vida das mulheres negras, indígenas, favorecidas pelo benefício de prestação continuada – BPC –, trabalhadoras da educação e servidoras públicas, com a reforma da Previdência, proposta pela Emenda à Constituição Federal nº 6/2019;

nº 2.286/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Marcha das Margaridas;

nº 2.398/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – pedido de providências para a instalação de um espaço de atendimento da Defensoria Especializada na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência – Nudem – em Ribeirão das Neves;

nº 2.399/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para a criação de uma vara de família exclusiva na Comarca de Ribeirão das Neves, de forma a contribuir para a especialização dos atendimentos;

nº 2.400/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – e ao Centro Risoleta Neves – Cerna – pedido de providências para que promova parceria com o programa de extensão Para

Elas – Por Elas, Por Eles, Por Nós, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, com o objetivo de fortalecer o atendimento às mulheres vítimas de violência no Estado;

nº 2.401/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Coordenadoria de Mulheres, órgão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, pedido de providências para fortalecer os centros de atendimento às mulheres localizados no interior do Estado e promover a capacitação dos profissionais que lá desempenham suas funções;

nº 2.402/2019, das deputadas Marília Campos, Ione Pinheiro e Celise Laviola, em que requerem seja realizada visita à Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher – Deam – no Município de Ibirité, para verificar seu funcionamento e atendimento.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2019.

Marília Campos, presidenta – Andréia de Jesus – Leninha.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/6/2019

Às 15h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Professor Wendel Mesquita e Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Wendel Mesquita, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o escritor Fernando Humberto de Resende pelo lançamento do livro *Bom Despacho 300 anos: homens que a construíram*, volumes I a IV. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Fernando Humberto de Resende. Na condição de presidente e autor do requerimento, o deputado Professor Wendel Mesquita tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao convidado, para que faça sua exposição. Em seguida, convida a deputada Ione Pinheiro e o deputado Mauro Tramonte para fazer entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o escritor Fernando Humberto de Resende pelo lançamento do livro *Bom Despacho 300 anos: homens que a construíram*, volumes I a IV. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2019.

Professor Wendel Mequita, presidente – Ione Pinheiro – Mauro Tramonte.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/6/2019

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Professor Wendel Mesquita e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Marília Campos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Wendel Mesquita, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Associação de Caminhantes da Estrada Real – Acer –, em comemoração aos 16 anos de sua criação. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 5.328, 5.418/2018 e o Requerimento nº 1208/2018 são retirados de pauta por deliberação da Comissão a requerimento da deputada

Ione Pinheiro. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sra. Maria Elvira Salles Ferreira, presidenta da Associação das Caminhantes da Estrada Real. A presidência concede a palavra à deputada Ione Pinheiro, coautora do requerimento, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra à homenageada. Em seguida, faz a entrega do diploma referente ao voto de congratulações. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2019.

Bosco, presidente – Professor Wendel Mesquita – Professor Cleiton.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/6/2019

Às 16h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cleitinho Azevedo, Douglas Melo, Doutor Wilson Batista e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cleitinho Azevedo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.895/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Cleitinho Azevedo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é rejeitado o parecer pela rejeição do Projeto de Lei nº 948/2015 (relator: deputado Cleitinho Azevedo). Logo após é redistribuída a relatoria do Projeto de Lei nº 948/2015 ao deputado Elismar Prado. Em seguida são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 948/2015 (relator: Elismar Prado) e 2.500/2015 (relator: deputado Douglas Melo); e pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.358/2015 (relator: deputado Doutor Wilson Batista) e 2.895/2015 (relator: deputado Cleitinho Azevedo), com voto contrário do deputado Guilherme da Cunha, que compareceu à reunião para a votação deste projeto. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 704/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Cleitinho Azevedo. Neste momento, retiram-se da reunião os deputados Doutor Wilson Batista e Sargento Rodrigues. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.331/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à procuradora-chefe da República em Minas Gerais pedido de informações sobre as denúncias e solicitações feitas pelo Sr. Carlos Renato Parreiras Quadros, todas acompanhadas de documentação, durante a 14ª Reunião Ordinária da CPI da Telefonia, realizada em 20/11/2013;

nº 2.364/2019, do deputado Bartô, em que requer seja realizada audiência pública para debater a eficácia do Decreto nº 47.557, de 2018, que regulamenta a Lei nº 15.072, de 2004, que dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino.

Registra-se a presença do deputado Bartô. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2019.

Bartô, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ana Paula Siqueira e Celise Laviola e os deputados Zé Reis, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/6/2019, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater uma nova forma de destinação de emendas parlamentares impositivas, mediante edital público de projeto.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.095/2017****Comissão de Direitos Humanos****Relatório**

De autoria do deputado Tiago Ulisses, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Quilombola dos Moradores e Produtores Rurais de Pedra Preta, com sede no Município de Minas Novas, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.095/2017 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Quilombola dos Moradores e Produtores Rurais de Pedra Preta, com sede no Município de Minas Novas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover a integração e a defesa social, política, ambiental, econômica e cultural de seus associados.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, a comissão apresentou a Emenda nº 1, que visa adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto da associação, ela busca, entre outros objetivos, promover a qualificação e a requalificação profissional; apoiar programas de conservação ambiental; e promover cursos e atividades educacionais, de lazer, esporte e culturais.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Quilombola dos Moradores e Produtores Rurais de Pedra Preta, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.095/2017, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2019.

Leninha, relatora.

 **MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com o Sr. Aci Alves dos Santos pelos relevantes serviços prestados à frente da diretoria da Escola Estadual Ordem e Progresso – EEOP (Requerimento nº 1.033/2019, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Escola Estadual Irmã Maria, em Bom Despacho, pelo cinquentenário de sua fundação (Requerimento nº 1.142/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita);

de congratulações com o Instituto de Laticínios Cândido Tostes – ILCT –, vinculado à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, pelos 84 anos de sua criação (Requerimento nº 1.159/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com o 10º Batalhão de Infantaria Leve de Juiz de Fora pelo Dia da Arma da Infantaria, comemorado em 24 de maio. (Requerimento nº 1.269/2019, do deputado Coronel Henrique);

de congratulações com a 4ª Brigada de Infantaria Leve – Montanha – pelo Dia da Arma da Infantaria, comemorado em 24 de maio. (Requerimento nº 1.270/2019, do deputado Coronel Henrique);

de congratulações com o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais pela posse dos desembargadores Rogério Medeiros Garcia de Lima e Alexandre Victor de Carvalho para os cargos de presidente e vice-presidente corregedor regional eleitoral, respectivamente. (Requerimento nº 1.283/2019, do deputado Duarte Bechir).

 **PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/6/2019**

O deputado André Quintão – Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, telespectadores, fiz questão de subir à tribuna nesta tarde porque considero que o Brasil vive, nesta semana, um dos momentos mais delicados da sua institucionalidade. Os áudios publicizados envolvendo o ex-juiz Sérgio Moro, o Sr. Dalton Dallagnol e demais procuradores e procuradoras envolvidos na operação Lava Jato, revelam e colocam para a sociedade brasileira uma espécie de trama, que já havíamos denunciado, para impedir a candidatura do ex-presidente Lula no último pleito eleitoral. Isso é muito grave. É gravíssimo do ponto de vista da nossa democracia, do ponto de vista do funcionamento das instituições, do ponto de vista da autonomia entre os Poderes e do justo julgamento.

Vou, já de início, dizer que sou absolutamente favorável a todas as iniciativas de combate à corrupção, de investigação, de transparência. Tudo isso é muito importante. Até me arrisco a dizer que a própria operação Lava Jato, em alguma medida, contribuiu para explicitar determinados mecanismos de convívio espúrio entre o público e o privado, muito decorrente do nosso modelo de financiamento privado de campanha eleitoral, que felizmente vive agora uma nova etapa com financiamento público, convivendo com a doação de pessoas físicas.

Falo isso porque aqueles que se ancoram no discurso do combate à corrupção para simplesmente criminalizar o PT, os movimentos sociais, algumas lideranças, a principal delas, o ex-presidente Lula, querem desviar o foco desses importantes áudios que foram publicizados para um suposto enfraquecimento das operações de combate à corrupção. Não, não se trata disso.

Pelo contrário, quem de fato quer combater a corrupção deve prezar o justo processo legal pelo funcionamento republicano das instituições, porque as falhas processuais ou as armações processuais, como é o caso revelado pelos áudios, pelas gravações, pelos diálogos entre Moro e Dallagnol, podem inclusive servir de escudo para aqueles que, verdadeiramente, promoveram atos de corrupção. Então primar e prezar o justo processo legal pelo funcionamento das instituições é exatamente resguardar a efetividade dos processos.

E ficou claríssimo, claríssimo – o PT e todos nós já havíamos feito essa denúncia – que a forma como estavam sendo encaminhados os processos relativos ao ex-presidente Lula era arbitrária, absolutamente seletiva, com a intencionalidade clara de prender o presidente Lula para retirá-lo da disputa eleitoral. Isso é um absurdo, isso envergonha o nosso país. Nós não podemos admitir uma situação dessa, em nome do enfraquecimento da nossa própria democracia. Como um juiz acerta com um promotor o desdobramento de um processo? Isso é mais ou menos, deputado Betão, o mesmo que um presidente de time combinar com o juiz de futebol e o juiz de futebol falar: “Presidente, fala para o centroavante cavar um pênalti no início do jogo que eu marco; depois fica difícil”. É absurdo o ritmo de operações interferir nas operações a serem desenvolvidas. Há o episódio da entrevista coletiva: “Não, nossa, não pode haver entrevista coletiva do Lula, senão o Haddad ganha a eleição”. Onde já se viu uma coisa dessa? E vem a desculpa: “Não, os áudios, os diálogos foram conseguidos de forma ilegal”. Agora não vale discutir o conteúdo; agora é a forma.

Eu queria dizer que estamos vivendo um momento grave. Não é por outro motivo que a própria OAB recomendou o afastamento temporário de Moro e Dallagnol, para, se pudesse, haver isenção nas próprias investigações. O resultado eleitoral para presidente da República em 2018 está sob suspeita. Quando falávamos que Lula era um prisioneiro político, inclusive denunciando nas instâncias internacionais, todos falavam: “Não, isso é exagero. Não, isso é discurso do PT, é vitimização que o PT promove do ex-presidente Lula”. O próprio Dallagnol reconheceu que não havia provas, que as provas eram insuficientes, que ele estava inseguro. E olhem: mais coisa vem por aí.

Então estou levantando esse assunto aqui pela sua gravidade. Vários outros episódios demonstraram isso, como uma condenação sem prova. No episódio em que o presidente seria solto no final de semana, representantes do Judiciário, de férias, interferiram, Polícia Federal retardou a liberação, pautas de julgamento foram acertadas e datas de operação. Houve uma verdadeira trama para retirar o ex-presidente Lula de campo, do jogo, da disputa eleitoral.

Isso é muito sério. É o envolvimento do ex-juiz e do ministro da Justiça. O juiz que retira o candidato que tinha 41% nas pesquisas e que, com toda essa trama, consegue a sua prisão, beneficiando diretamente o candidato adversário, abandona seu posto e vira ministro da Justiça, com a promessa de virar ministro do Supremo, como admitiu o próprio presidente da República. Imaginem! Não é por outro motivo que o mundo inteiro está estupefato. A imprensa internacional está completamente perplexa com o que aconteceu em nosso país.

Vivemos o golpe contra a presidenta Dilma. Não houve pedalada, não houve nenhuma acusação, foi um golpe parlamentar, e aí veio o desastre do governo Temer. O presidente Lula iria voltar, mas, com essa verdadeira trama da Operação Lava a Jato nesse quesito, foi preso. Então, justiça precisa ser feita. Se fosse um país um pouco mais respeitoso com suas instituições, com sua democracia, poderíamos até falar em novas eleições. Essas eleições foram contaminadas pela exclusão de um candidato, através de uma armação entre Moro e Dallagnol. Mas sabemos que o golpe dado em 2016 teve objetivos, inclusive, estratégicos internacionais, tem o dedo dos Estados Unidos, da CIA. Toda essa arquitetura do golpe foi para retirar as forças progressistas do governo.

Queria, no mínimo, exigir que justiça seja feita com o ex-presidente Lula. Condenação sem prova admitida pelo Dallagnol. Imaginem! O Judiciário brasileiro tem que reagir, pois a suspeição fica absoluta: um promotor acertando o *modus operandi* com o

juiz. Onde estamos? Essa foi, talvez, uma das maiores barbaridades do ponto de vista de afronta à democracia vista no nosso país. E não adianta o discurso que parte da mídia e outros setores conservadores já começam a fazer: “Ah, não, a escuta foi ilegal; o objetivo é enfraquecer o combate à corrupção”. Não! Repito: pelo contrário, fortalece o combate à corrupção quando é feito respeitando-se as normas jurídicas; quando as normas jurídicas não são respeitadas, os processos ficam sob suspeição.

Então, eu queria fazer esse registro em nome do Partido dos Trabalhadores, que nacionalmente já se posicionou, soltou uma nota e exige das autoridades apuração, investigação e providências. Agora, talvez, todas as ações e defesas impetradas pela representação jurídica do ex-presidente Lula tenham a escuta necessária, porque antes, quando falávamos que era preso político, diziam: “Não, isso é exagero do PT; condenação sem prova é exagero do PT; perseguição do Moro é exagero do PT”. Precisou de um trabalho investigativo para explicitar essa trama, essa armação.

Está lá o ex-presidente Lula preso, perseguido – ele e sua família; perdeu a esposa, não pôde sequer participar do convívio familiar em momentos de perdas tão profundas, por causa de uma trama escandalosa, vergonhosa, montada para impedir o seu retorno à presidência da República. Clamamos aqui por justiça, justiça em nome da pessoa do Luiz Inácio Lula da Silva e justiça em nome da democracia brasileira.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, caros colegas deputados e deputadas presentes, público que nos assiste, servidores desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, eu estava ouvindo o discurso do nosso líder André Quintão e imaginando: todos os homens e mulheres, independente de sigla partidária... Com muita verdade eu digo isso, eu que sempre subi a esta tribuna e sempre falei que erros, onde quer que existam, têm de ser investigados e punidos. Desde que provado, todos têm de ter o mesmo direito, têm de ter direito à defesa, a uma Justiça realmente justa, fazendo esse trocadilho com as palavras, porque não tem sido isso o que temos visto no nosso país.

Então, acho que todo homem e toda mulher de bem, deputado Betão, que prezam a condução correta e justa neste nosso país têm que estar indignados. Digo isso – volto a repetir – com muita tranquilidade e desprovido de siglas partidárias. Falaria o mesmo se o ocorrido fosse com qualquer outro, com qualquer outro, seja do PSDB, seja do PMDB, seja de qualquer outro partido.

No domingo, todos nós, todo cidadão e cidadã brasileira, ao entardecer, fomos surpreendidos. Eu estava vindo do Vale do Jequitinhonha para cá, e fomos surpreendidos, deputado André, com várias notícias. Acho que, nos últimos tempos, o celular da gente não ficou tão carregado como nesse domingo. Várias pessoas de várias agremiações partidárias, deputada Leninha, foram mandando mensagens, e a gente procurou fazer uma leitura, não tentando colocar a ideologia em primeiro plano, mas tentando fazer uma leitura, deputada Andreia, dos fatos, dos fatos reais. Ia dando um sentimento... A gente ia ficando indignado com tudo o ia lendo, a gente ia ficando indignado.

Ao longo dos últimos anos, este país mergulhou numa crise política institucional, e a gente sempre falava: quais os verdadeiros interesses daqueles que se diziam guardiões anticorrupção e que fariam uma limpeza no País? Como eu sempre digo, a gente acha correto, realmente, que não haja corrupção em nenhum governo, em nenhum poder, mas eles se apresentavam – e alguns fantasiados, como a própria matéria sobre alguns vazamentos deixou aqui –, fantasiados de super-homens, de super-heróis, foram condecorados em vários lugares deste país e ganharam muito para dar palestras sobre o que ficou conhecido neste país como Lava Jato. E há muito tempo, nós, do Partido dos Trabalhadores, os companheiros do Psol, viemos falando a verdadeira realidade: qual era o intuito dessas pessoas? Era clara a comunhão entre Judiciário e promotoria por perseguição, por pura perseguição àquele que, se não fosse perseguido, se fosse candidato a presidência da República, seria, sem sombra de dúvida, o presidente do Brasil. Todas as pesquisas mostravam que seria eleito presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas deram um jeito de tirá-lo do processo. E agora essa Lava Jato ficou conhecida, a partir de domingo, como Vaza Jato. Vaza Jato! É bom dizer muito claramente: quem com vazamento fere com vazamento será ferido. E é interessante a gente ver as discussões. Tentam agora menosprezar, tentam dizer que o celular foi invadido, e o próprio juiz Moro dizia que não foi colhida do

celular dele nenhuma informação, não foi roubado nenhum tipo de dado. Talvez porque eles já sabiam que isso viria a público, que esse conhecimento viria a público.

A deputada Leninha (em aparte)* – Obrigada, caro companheiro, deputado Doutor Jean. Uma boa tarde, Sr. Presidente, caros colegas e os que nos acompanham também pela TV Assembleia. Muitos poderiam dizer que nós estaríamos aqui para comemorar, para festejar, para celebrar este momento que o País está vivendo. Mas nós não estamos aqui para celebrar, não estamos aqui para festejar nem para comemorar. Pelo contrário, estamos aqui para lamentar, lamentar profundamente como o Judiciário brasileiro, como essa estrutura de poder no Brasil, a serviço de outros interesses, feriu tanto a democracia num período tão importante deste país. Não poderíamos comemorar aqui que tudo fora armado num processo eleitoral de polarização, de disputa. Deveria ter sido um processo mais claro, transparente e, acima de tudo, honesto. Vazar ilegalmente conversa da presidente Dilma e do presidente Lula, tratar como natural, dizendo que não importava a forma, mas o conteúdo? E agora dizer que não importa o conteúdo, mas a forma? Quer dizer, pau que dá em Francisco também tem que dar em Chico. E nós estamos aqui para nos posicionarmos dessa forma: o mesmo tratamento dado ao grampo ilegal naquela época, quando o que valeu foi o conteúdo, deve ser dado e valer o conteúdo agora também.

É por isso que é preciso passar a limpo. Não vamos jogar debaixo do tapete. É investigar, é apurar, é acionar as forças democráticas e vivas deste país para passar essa história a limpo, porque nós não vamos permitir que essa história caia no esquecimento. Nós estaremos aqui e por todo este país afora para denunciar esse forte esquema que coloca em risco inclusive o nosso futuro – coloca em risco o nosso futuro! –, os mecanismos que construímos ao longo de nossas lutas pela democracia no Brasil.

E agora vêm dizer que é *hacker*, que é *hacker* comprado, que é a nossa luta para acabar com a Lava Jato? Não, pelo contrário. Nós queremos sim, como diz o deputado André, combater a corrupção, queremos levar adiante todos os processos, mas que seja de forma lícita, não com o conluio entre o Ministério Público e o Judiciário, não com o conluio de um juiz que instrui o processo para julgar esse processo.

Então, nós estamos aqui para deixar bem claro que nós estaremos de pé, firmes, como sempre estivemos. E queremos que a verdade, de fato, saia desse processo, e que possamos sair fortalecidos dele. Muito obrigada, Doutor Jean.

O deputado Doutor Jean Freire – Obrigado, deputada Leninha. Como você disse, pau que dá em Chico dá em Francisco.

Aí eu gostaria de lembrar esse grande homem, que vem fazendo um trabalho belíssimo à frente da Igreja Católica, que é o papa Francisco. Poucos dias atrás, parece, já prevendo o que iria acontecer, o papa Francisco mandou uma carta a Lula, dizendo: “A verdade irá vencer a mentira. Tenha paciência. Não desanime. Continue acreditando em Deus, que a verdade irá vencer a mentira”. Isso é o que vínhamos falando, deputado André, ao longo dos tempos, falando nas ruas, falando em entrevistas. E aqui, mais uma vez, quero dizer que não cabe a questão de sigla partidária. O que nós queremos é a verdade, como a deputada Leninha colocou.

A poucos dias atrás, numa entrevista com Pedro Bial, Sérgio Moro disse que não importava como foi adquirido o vazamento: o que importava era o conteúdo. Então que agora também importe o conteúdo para ele, que agora também importe o conteúdo para o promotor e para quem quer que seja. Eu fico pensando, deputado Betão, fico imaginando se fosse uma conversa do juiz, seja Moro ou qualquer outro, com os advogados do Lula. Se fosse vazado o conteúdo de uma conversa em que o juiz orientava um advogado do Lula: “Olhe, faça uma petição. Olhe, faça isso, entre com um requerimento, faça isso ou aquilo”. Eu fico pensando como seria este momento, como estariam aqueles que vestiram verde e amarelo, que bateram panelas. Onde eles estão agora?

Aliás, a gente não os viu. Pois é, meu amigo, você está aí, não é? Você foi um dos que bateu panela. Aonde estão os... Por que não bateram panela no domingo? Olhe, talvez tenham batido panela naquele dia do vazamento da conversa entre o Lula e a presidenta, na qual realmente eu não vi nada demais. Não bateram panela no domingo. A gente tem que ter ombridade, a gente tem que ter essa verdade, a gente tem que defender o certo, doa a quem doer. Se for preciso cortar na própria carne, que corte, mas não: para um, é válida uma situação; para outro, é válida outra.

Em qualquer país do mundo, um sistema judiciário que se preze... E eu ainda quero acreditar no sistema judiciário brasileiro, porque, com certeza, todas as classes têm a parte boa e a parte ruim. Eu ainda quero acreditar, deputada Leninha, que justiça será feita. Eu ainda quero acreditar nisso, porque o que ficou estabelecido foi claramente o conluio entre um juiz, que, como dito muitas vezes, era um juiz investigador.

Aqui é bom lembrar que vários países têm o papel do juiz investigador, têm sim. Neles é reconhecido o papel do juiz investigador, mas ele não julga o processo, ele ajuda a investigar. Em algumas situações, até se confunde um juiz investigador com um promotor. Eles dialogam, é público e está nos autos; não é dialogar em mensagens por celular, não. É público, mas ele não julga o processo final. Isso é importante. Esse Judiciário livre é importante para que qualquer cidadão... E olhem que isso foi feito com o presidente Lula; gostem mais ou gostem menos, com o maior presidente que este país já teve, com o que mais fez pelos que mais precisam. Agora, imaginem quantos ainda poderiam estar à frente desse juiz?

Nós precisamos ter coragem para dialogar isto, nós precisamos vir a esta tribuna com muita verdade e com muita coragem, Sr. Presidente, doa a quem doer.

O meu tempo já acabou, e quero respeitá-lo, Sr. Presidente. Eram essas as minhas falas. Se eu fosse aqui mostrar as mensagens... Segundo o *site*... Só falta falarem que é um *site* petista, porque as duas letras finais são do PT, não é? Só falta falarem isso. Segundo o *site*, é só um pouquinho do que está para vir. É só um pouquinho do que está para vir. Não adianta agora quem quer que seja vir tentar desconstruir o caso – já estão desconstruindo demais. Aliás, a fala é que era preciso desconstruir muita coisa neste país, e já estão desconstruindo demais as coisas boas do Brasil. Não vamos agora desconstruir a verdade.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Bruno Engler – Boa tarde, presidente! Boa tarde, todos os presentes, quem nos acompanha das galerias e também pela TV Assembleia!

Eu vou começar falando sobre o assunto que foi tratado aqui, a matéria vazada, do Intercept sobre a perseguição ao ex-presidente Lula. “Um cara perseguido, não cometeu crime nenhum. É realmente o maior presidente que a gente já teve.” Em matéria de corrupção, é o maior, e espero que continue sendo por muito tempo. Mas a gente vê o drama, o exagero – não vou dizer teatro para não denegrir, porque é uma parada política –, a valorização do que está escrito em meio ao escândalo político, que é dos mesmos atores, daqueles que sempre defenderam Lula, sempre disseram que ele é inocente e continuam com esse mesmo discurso, agora corroborado por diálogos de que a gente não sabe a veracidade – mas vamos dizer aqui que são verdadeiros. Agora o discurso deles está corroborado por diálogos que não têm nada demais, diálogos que ocorrem em qualquer fórum deste país. Juiz conversa com promotor, juiz conversa com advogado de defesa, as partes conversam entre si. Com o avanço tecnológico, essa conversa que era feita em gabinetes, muitas vezes, é feita por aplicativos – WhatsApp, Telegram ou o que quer que seja. É um diálogo processual completamente normal, isso não se restringe aos autos. Quem já entrou num fórum sabe que isso ocorre.

Mas aí a gente pega a matéria completamente sensacionalista. O Intercept não é do PT, não; o Intercept é do marido de um deputado do Psol; o Glenn Greenwald é casado com o deputado David Miranda, do Psol. É esse o veículo que está trazendo a informação. E aí vêm os diálogos, e, assim, uma coisa bastante sensacionalista. Um dos diálogos, para falar do conluio, do plano da procuradoria, é o seguinte: “Deltan, meu caro amigo, toda a solidariedade do mundo a você nesse episódio da Coger. Estamos num trem desgovernado, e não sei o que se espera. A única certeza é que estaremos juntos. Ando muito preocupada...” – isso aqui é a Carol, da procuradoria, não foi identificada. “Ando muito preocupada com uma possível volta do PT, mas tenho rezado muito para Deus iluminar a nossa população, para que um milagre nos salve.” Deltan: “Valeu, Carol. Reza sim. Precisamos como país.”

É esse o conluio, o grave conluio. Eles são tão sensacionais, que fazem conluio até com Deus. O conluio é aqui, é no plano espiritual, é uma coisa maravilhosa. E não são citadas as conversas, porque o ministro Moro não participa das conversas de ataque ao PT. Os procuradores, sim, conversam entre si que não querem a volta do PT, que não querem que a entrevista do Lula seja realizada.

Mas isso é evidente. Se você está trabalhando numa acusação, está trabalhando contra um político corrupto, não vai querer que ele volte ao poder. Os procuradores da Itália certamente não queriam a Cosa Nostra de volta aos seus postos de influência.

Então, quando se combate uma organização criminosa, obviamente não se quer que essa organização criminosa volte ao poder. E é isso que há nos diálogos, diálogos entre procuradores falando que não querem a volta do PT. Procuradores não são figuras imparciais, procurador não é juiz, procurador é parte do processo. Cabe ao procurador a acusação, e a força-tarefa da Lava Jato estava ali para acusar. Mas o ministro Moro não participa em nada das conversas de não querer que haja entrevista, das conversas de não ter volta do PT. Ele simplesmente é consultado e tem diálogos processuais com os procuradores, como certamente também teve diálogos com os advogados de Lula.

O deputado Delegado Heli Grilo (em aparte) – Deputado Bruno Engler, eu me lembro muito bem de quando vazou uma conversa em que um motorista do ex-presidente da República estava na escuta. Vazou uma conversa dele com a presidente, em que eles armavam um esquema para dar um cargo para o ex-presidente, para que ele não fosse preso, para lhe dar imunidade parlamentar. Mas por que, se ele não devia nada? Olha, eu até admito que pode ter havido conversa, sim, mas não tem nenhum texto na matéria que eu vi que traga qualquer problema. Não tem nenhum texto articulando para se fazer isso ou para se fazer aquilo, como aconteceu no passado.

Agora, você pode fazer tudo isso, só que você não vai conseguir inocentar o maior ladrão que este país já teve, que se chama Luiz Inácio Lula da Silva. Nunca vai conseguir. Por que não vai? Porque existem provas. Quem era o maior amigo de Lula, sem ser o José Dirceu? Antonio Palocci. Foi o Palocci. E ele vai devolver mais de R\$400.000.000,00. Por que ele está devolvendo? Esse dinheiro é dele? Ou foi dinheiro que eles levaram deste país? Por que o cara pegava um dinheiro... Olha, gente, a JBS... Quantos e quantos milhões eles deram? Era dinheiro deles, não era dinheiro do poder público que estava voltando para o poder privado, não. Era dinheiro que saiu do BNDES, era dinheiro que saiu das empreiteiras, da Petrobras, dava a volta e voltava para eles. Olhe, como é que você vai conseguir inocentar... Tudo bem, fale o que quiser, não tem nada lá que o possa incriminar, nenhuma questão processual. Nenhuma. Nenhuma questão processual.

Agora, muito me admira que a esquerda no Brasil – e me desculpem os colegas aqui – sempre tenha debatido e odiado os Estados Unidos. Agora, estão adorando o americano que veio aqui e que está detonando o País lá fora. Olha, isso é normal. Agora, a questão do papa Francisco... A religião perdoa até os bandidos. Até os bandidos. Pergunte se ele não perdoa o Marcola, se ele não perdoa Elias Maluco, se ele não perdoa Fernandinho Beira-Mar. Perdoa. Perdoa. Força.

Então, é muito relativo querer fazer uma tempestade em copo d'água. Eu tenho formação jurídica, então posso lhe falar. Muitas vezes você conversa com o juiz e conversa com o promotor sobre uma investigação, vai lá e discute qual o melhor caminho a seguir. Isso é normal. Ou você acha que os advogados de defesa não conversaram com o Moro, não conversaram com a procuradoria? É claro que conversaram. É claro que conversaram. Não conseguiram sustentar uma defesa. Só isso. Devolvo a palavra.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, deputado Delegado Heli Grilo. Doutor Jean, vejo que o senhor está com a matéria. Espero que vá fazer uma citação, mas peço que seja breve porque tenho outro assunto a tratar e o tempo está correndo.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte) – Muito obrigado pela gentileza, deputado. Você leu uma mensagem, a parte que interessava à sua defesa, a defesa que você faz do fato. Você deve ter as outras partes. Você deve ter a parte onde eles bolavam o tal do *power point*. Você deve ter a outra parte, deve ter, onde o juiz pedia para ele inverter as fases de investigação. Você deve ter a outra parte em que o juiz, onde o promotor diz que não tinha convicção... Aliás, lá atrás ele disse que tinha convicção, que não tinha prova. Agora, nem convicção... Agora, nem convicção a gente vê que ele tem. Poucas horas antes de apresentar a denúncia ele dizia que não tinha convicção, que a opinião pública viria pesada em cima porque o argumento era muito frágil. Você deve ter essas outras partes, eu acredito.

Realmente, eu concordo com V. Exa., porque eu vi situações ali. Mas eu li todas, não li só o que me interessava, não. Eu li todas. Ai a você interessa a parte que falavam da campanha – e também considero criminoso atuar para um candidato, seja qual for, ser prejudicado. Então, se der tempo ainda, eu pediria para você ler as outras partes. E queria terminar... Até onde eu sei V. Exa. é formado em direito, não é?

O deputado Bruno Engler – Não, eu era estudante de direito antes de chegar aqui.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte) – Estudante de direito. Se V. Exa. chegasse a juiz, queria saber de V. Exa. se acha correto orientar, seja a defesa ou a acusação: “Vai por ali. Já está tudo combinado o jogo. Vai por ali”. Queria saber se V. Exa. concorda com isso.

O deputado Bruno Engler – Deputado Jean, conforme coloquei, as conversas em relação ao PowerPoint, à montagem do PowerPoint ou à montagem da peça de acusação são tiradas do grupo da força-tarefa da Lava Jato, da procuradoria. O trabalho da procuradoria é acusar. O trabalho de julgar é do juiz, do juiz Sérgio Moro, ex-juiz Sérgio Moro, hoje ministro, que em nada participa dessas conversas. Nada mais natural que os procuradores discutam e montem estratégias entre si. O que não é natural é um *hacker* querer invadir celulares de autoridades brasileiras, e isso ser publicado em um portal de um estrangeiro, casado com um deputado federal, de partido de esquerda, e não gerar problema. E isso não gerar problema! Querem comparar com o caso do Bessias, que é um grampo legal, autorizado pela Justiça. Mas isso aqui é uma operação ilegal. Temos um portal, o Intercept, que é de um cidadão chamado Glenn Grimbball, um americano casado com um deputado federal do Psol, que já sofreu acusações de espionagem no Reino Unido e está agora querendo interferir na política brasileira. E isso é muito grave. Mas não vou me delongar aqui e continuar falando do presidiário Lula, até porque as conversas têm muito sensacionalismo, mas não tem nada que macule as provas, nada que macule o processo. E digo aqui: não foi só Moro que condenou Lula. Moro condenou Lula a nove anos de prisão; depois, o TRF4 aumentou para doze; depois, ele foi condenado no STJ. Então, é um conluio do Judiciário inteiro contra Lula. O Judiciário se juntou. Todos os juízes e desembargadores do País juntaram-se e falaram: “Nós vamos perseguir o Lula, porque ele é tão inocente, a alma mais honesta deste país”. Certamente foi isso que aconteceu. Mas não vou me delongar sobre esse assunto, porque tenho um assunto muito mais importante a ser tratado do que esse alvoroço que está sendo feito. Infelizmente, o meu tempo está acabando.

Gostaria de trazer aqui algo dito pelo advogado de defesa do Dr. Adélio Bispo, ontem, em Juiz de Fora. Ele foi entrevistado por uma coordenadora do Direita Minas e disse o seguinte. Vocês ouçam: A pergunta é clara: “A quem interessa esconder quem mandou matar Bolsonaro?”. E o advogado responde: “À pessoa que me pagou”. Cai por terra aquele discurso de que Adélio Bispo é um desequilibrado mental, que agiu sozinho, que não tem mandante. Foi um crime pensado – aí, sim –, para tirar alguém da corrida presidencial, mas não punindo por corrupção, até porque Jair Bolsonaro não é corrupto, mas tentando matar o presidente da República, o então candidato Jair Bolsonaro. Um crime que tem mandante e que interessa àqueles que pagam aos advogados de Adélio esconder, isso foi dito aqui.

Outra denúncia: há emissoras de televisão pagando o salário dos advogados de Adélio. Onde já se viu isso? Isso tem que ser investigado, é preciso descobrir quem está pagando a Adélio Bispo e quem mandou matar Jair Bolsonaro.

Isso, sim, é uma questão de grande relevância. Isso, sim, é uma questão de segurança nacional. Nós queremos saber isso. Eles vêm com esse argumento de sigilo entre advogado e cliente, mas nós queremos saber quem está bancando os advogados de Adélio. A quem interessa esconder quem mandou matar Jair Bolsonaro? É a pergunta que o Brasil inteiro quer saber: quem mandou matar Jair Bolsonaro? Eu faço essa pergunta aqui em Plenário e creio que colegas também a farão no Congresso Nacional. E essa pergunta tem que ser respondida. Quebre-se o sigilo de quem quer que seja, mas nos deem uma resposta.

O deputado Gil Pereira* – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. deputadas, inicialmente eu quero convidá-los – já estão chegando o *e-mail* e os convites – a participar do II Debate Público de Energias Renováveis: A construção do desenvolvimento sustentável. Será uma reunião muito importante, que será realizada no dia 25 de junho, às 13:30, e estarão presentes o ministro de

Minas e Energia, Almirante Bento Albuquerque, que irá palestrar nesta Casa; o presidente da Cemig, Dr. Belini; o presidente da Aneel, Pepitone; o presidente da EPE; o presidente da ONS, Luiz Eduardo Barata; e os presidentes do BNDES, BNB e BDMG.

Será uma reunião muito importante, em que também estará presente o secretário de Desenvolvimento Econômico, para que a gente possa discutir como a energia solar se viabilizou, em Minas Gerais, principalmente na questão de até 5 mega, em que apresentamos o projeto de lei. E, hoje, principalmente, no Norte de Minas, já existem mais de 20 plantas energizadas, com investimentos de mais de R\$400.000.000,00.

Queremos debater também a ampliação desse tempo, desse benefício e, da mesma forma, a 482, que já está em fase de consulta na Aneel. Também queremos ampliá-lo, não só para a energia fotovoltaica, como já existe, mas também para energia eólica, biomassa, biogás, enfim, para todas as energias renováveis, para que a gente possa ter essa matriz importante em Minas Gerais. Já estamos liderando, desde o início, a micro e minigeração no Brasil. Essa é uma das poucas coisas em que já estamos na frente de São Paulo. Então, fico muito orgulhoso por ter apresentado essa lei, que a Casa votou por unanimidade, e queremos ampliar a questão das energias renováveis.

Quero também dizer que, ontem, eu estive em audiência com o Senador Rodrigo Pacheco e com o deputado Mauro Lopes, no Ministério de Integração de Desenvolvimento Social, para tratar da nossa barragem, que está aí e que é muito importante, presidente, por vários aspectos. Primeiro, deputada Leninha e deputado Betão – e o deputado Gustavo Santana sabe disso –, vamos colocar 34m³ de água no Rio São Francisco. Essa barragem é muito importante porque só a transposição, para vocês terem uma ideia, são 26m³, e a barragem vai colocar 34m³. Então, vai revitalizar o Rio São Francisco.

Da mesma forma, tem um projeto de irrigação, que são 35.000ha. Cada hectare irrigado, presidente Carlos, é um emprego direto e dois empregos indiretos. Então, estamos falando aqui em 100 mil empregos numa Área Mineira da Sudene, onde precisa de empregos. Essa barragem de Jequitaiá é tão importante não só para o Norte de Minas, para Minas Gerais, mas também para o Brasil. Ela fica no coração do Brasil, a menos de 400Km de Belo Horizonte, a 90Km de Montes Claros, a 580Km de Brasília, a seiscentos e poucos quilômetros de São Paulo. Além de ela ter um lago de 9Km², vai ter área de piscicultura; vai ter duas PCHs – uma de 12MW e outra de 8MW – e vai gerar energia limpa; também vai ter a questão do turismo, igual nós temos no Lago de Furnas. Então, realmente é um projeto muito importante.

Começou quando tive a oportunidade de ser secretário de Estado do então governador Anastasia, hoje senador da República. Lá já foram investidos R\$176.000.000,00. Há mais R\$20.000.000,00 que conseguimos numa emenda de bancada, no ano passado, com os deputados federais e os senadores, e arrumamos R\$3.800.000,00. Então, já temos lá mais R\$23.800.000,00, fechando praticamente os R\$200.000.000,00. Para concluir a obra faltam R\$280.000.000,00. Então, em uma safra só, a gente consegue pagar esse investimento com a produção de milho, deputada Leninha. Realmente é um projeto muito importante.

Ontem saí de lá muito gratificado pela luta de tanto tempo. Depois que saímos dessa audiência estivemos lá, junto com o senador Rodrigo Pacheco e o deputado Mauro Lopes, com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Ele nos garantiu que vai ajudar a bancada federal, os deputados e os senadores, na pessoa do Rodrigo Pacheco, do senador Anastasia e do Carlos Viana, a colocar no PLN esses recursos para os anos de 2019 e 2020. Então, realmente é uma notícia muito importante não só para nós, norte-mineiros, como também para Minas Gerais e para o Brasil. Depois de longa data, desde 2011, tive essa grata satisfação de ouvir esse apoio do ministro de Integração, Gustavo Canuto.

Para encerrar a minha fala aqui hoje, deputada Leninha, gostaria de dizer que também estive, como agendado, com o reitor da Unimontes e com o secretário de Estado da Saúde, Carlos Eduardo Pereira. Lá eu vi uma solução para contratação, principalmente do pessoal do Hospital Universitário. Temos uma estrutura muito grande do Hospital Universitário de Montes Claros da Unimontes, Sr. Presidente, mas, infelizmente, estão faltando pessoas para que a gente possa atender a população de Montes Claros e do Norte de Minas. Mas o secretário já conversou com o reitor. Lá estava a Cristiane, representando o reitor, o Pe. Alvimar, que falou que, através

da OS – Organização Social – podemos ter essa contratação de imediato. Desde que o entendimento da Unimontes seja esse, podemos ter a contratação de médicos, de enfermeiros, de dentistas, enfim, de todas as pessoas da área da saúde.

Então, deputado Tadeuzinho, nosso 1º-secretário, estive lá hoje com a deputada Leninha e tive a grata satisfação de ouvir o secretário de Estado da Saúde dizer que ele pode resolver, se a Unimontes fizer essa OS para que realmente possa contratar os funcionários para trabalharem naquele importante hospital do Norte de Minas.

A deputada Leninha (em aparte)* – Obrigada, deputado Gil Pereira. Quero externar publicamente o seu empenho sobre os projetos que são importantes para a nossa região. Esse da Unimontes nos alegra bastante. A gente estava muito preocupada, de fato, em sair de uma audiência pública na Câmara Municipal, na qual estivemos, e concretamente não encaminhar nada, do ponto de vista da operacionalização, para que o hospital, que é 100% SUS, e isso é importante, continue com as portas abertas. Apesar de ser um hospital-escola, é um hospital que hoje atende a quase 80% da população de Montes Claros. É um hospital de excelência. A gente, com certeza, não permitiria o fechamento do pronto-socorro ou o comprometimento do atendimento no hospital.

Parabéns. Creio que seu gesto e atitude demonstram isso. Estamos reunidos enquanto bancada, mas as iniciativas também são importantes para que possamos dar respostas concretas para as questões colocadas para a saúde de Montes Claros e, de modo especial, para o hospital universitário. Parabéns.

O deputado Gil Pereira – Que é muito caro para nós. Não é? Quero dar essa boa notícia para os funcionários da nossa universidade e para a população de Montes Claros e da Universidade. Realmente o secretário foi muito atencioso. Foi mais de uma hora de reunião. Estava presente também o Idelfonso da Saúde, vereador de Montes Claros, e também presente a vereadora Nêa, que participava dessa audiência. Como falei, durou mais de uma hora a audiência com o secretário de Estado de Saúde, Carlos Eduardo.

Quero agradecer esse gesto do secretário. A bola agora está com o nosso reitor, Prof. Avilmar, também padre da nossa paróquia de Montes Claros. Muito obrigado a todos.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Betão* – Boa tarde, Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados e deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia! Deputados e deputadas, fico estarecido ao ver como aquelas pessoas que defendem intransigentemente o desgoverno Jair Bolsonaro aparecem agora nas tribunas da Câmara, das Assembleias Legislativas e começam a falar da facada que Bolsonaro tomou em Juiz de Fora, minha terra. Passo por aquela esquina sempre que estou lá, deputado. Isso não tem nada a ver com a discussão que está sendo feita aqui sobre os absurdos que foram revelados de domingo para cá. Adélio já está preso. Foi considerado doente mental. Não sei quem foi que pagou a ele. Essa parte está resolvida. A campanha acabou. Não fiquem apavorados. Não fiquem apavorados, deputados, porque até agora só foi revelado 1% dos arquivos de áudios e mensagens que estão pegando todo mundo. Sei que o senhor está tremendo. O senhor não precisa ficar assim. Fique calmo, fique calmo, porque ainda tem muita coisa. É uma estratégia importante que está sendo usada. As pessoas, uma parte da elite brasileira, dos políticos que ajudaram a dar o golpe neste país, em 2016, estão tremendo de medo porque eles podem aparecer nesses áudios.

Saber por que, deputados e deputadas? Porque a própria eleição de Bolsonaro está em questão aqui agora. A própria eleição de Bolsonaro está colocada em xeque. Podem ser chamadas inclusive novas eleições. Podem ser chamadas, mas não vou entrar ainda nessa discussão porque é muito cedo. Está sob suspeita. Vou repetir o que o Lula disse: Sérgio Moro é um mentiroso – e a casa dele está caindo. É um mentiroso, e a casa dele está caindo.

O Dallagnol também está sob suspeita, porque não é um diálogo qualquer. Como disse o Doutor Jean Freire, foi lido um trecho, mas também vou ler um. Dallagnol diz para o Moro: “Caro, foram pedidas oitivas na fase do 402, mas fica à vontade, desnecessário dizer para indeferir. De nossa parte, foi um pedido mais por estratégia”. Aí o Moro, o amiguinho dele, responde: “Beleza, tranquilo, ainda estou preparando a decisão, mas a tendência é indeferir mesmo”. Olhem a conversinha que eles estão tendo. Ou seja, o juiz que vai julgar o caso fica combinando com o promotor, que está acusando o presidente, que não tem provas, mas tem

convicção – e depois vamos descobrir que nem convicção ele tinha –, vai lá e combina, deputado Cleitinho, o que ele tinha que fazer: “Muda a fase da operação, coloca a outra na frente”. “Ah, vamos fazer isso, sim, doutor.” Esse é o tipo de conversa, é 1% até agora do arquivo que está sendo revelado. Então, minha gente, muita calma nessa hora.

O Moro, dizíamos isso a toda hora, a todo momento, desde que chegamos aqui, no dia 1º de fevereiro – e eu falava como vereador em Juiz de Fora, ano passado –, colocou Lula ali para prendê-lo, para tirá-lo das eleições porque, mesmo preso, ganharia as eleições e teria direito a concorrer ao cargo. Mesmo assim, preso, sem poder disputar as eleições, indicou o candidato com o Partido dos Trabalhadores, que foi o Haddad, e o impediram de dar entrevista para os jornais brasileiros com medo de que Haddad pudesse ganhar – e Haddad teve quase 47% dos votos. Isso realmente é uma coisa impressionante. E tudo isso para quê? Para atender aos interesses do mercado financeiro, para aplicar ou tentar aplicar uma reforma previdenciária neste país que acaba com os direitos dos trabalhadores, que acaba com uma previdência pública, solidária, de repartição entre gerações, para tentar colocar no lugar uma capitalização individual, que está sendo orquestrada pelo ministro Paulo Guedes, o mesmo que aplicou essa política no Chile, na época da ditadura de Pinochet. É ele que está tentando fazer isso com o povo brasileiro.

Então, deputado, não se preocupe mesmo, porque, se Bolsonaro não conseguir aprovar essa reforma da Previdência nefasta aos trabalhadores, a própria elite vai tentar dar um jeito de tirá-lo, porque ele é descartável. Ele não governa. Esqueceram de avisá-lo que ele não governa. Até agora não aprovou nada, a não ser o fim do horário de verão – e, mesmo assim, há divergências entre a população; existe gente que gosta do horário de verão, eu particularmente, e existe gente que não gosta. Mas essa foi a única coisa que ele conseguiu aprovar; o resto é medida provisória. Um toско!

Espero sinceramente que as palavras ditas pelo deputado não tenham nenhuma relação homofóbica pelo fato de o repórter do Intercept ser casado com um deputado federal. É um casal homossexual, assim como nós conhecemos aos montes, porque as pessoas têm o direito de amar como quiserem. Eu acredito que não foi essa a intenção do deputado.

Mas eu ainda diria que essa Operação Lava Jato, que causou um prejuízo de US\$158.000.000.000,00 à Nação e que disse que vai repatriar 10 bilhões – e acabou com a indústria brasileira –, ainda nos permite dizer que Sérgio Moro é realmente uma pessoa que tem um colúlio muito grande com a CIA e com o Departamento de Justiça americano. As coisas estão se revelando. Estamos falando isso hoje, Doutor Jean, em cima de 1% dos arquivos, então vamos ter coisas amanhã.

A Intercept está prometendo, melhor dizendo, que vai soltar aos poucos, porque ainda estão averiguando, mas parece que realmente a República vai ficar abalada e muita gente vai ser pega de surpresa.

O deputado Bruno Engler (em aparte) – Deputado Betão, primeiro gostaria de esclarecer que trouxe o assunto da facada não para mudar de assunto, até porque, quanto mais falamos das conversas melhor, pois mais o povo percebe que ali não tem nada de errado. A própria conversa que V. Exa. trouxe é uma conversa protocolar, processual, que ocorre em todos os tribunais de justiça deste país: procuradoria conversando com juiz.

Trouxe esse assunto porque ontem, segunda-feira, – aconteceu ontem e estou trazendo hoje –, o advogado do Adélio disse que interessa a quem o paga esconder quem mandou matar Bolsonaro. Isso precisa ser dito. Isso é um fato novo. Não é um fato das eleições, não é voltando à facada. Isso foi uma declaração dada pelo advogado do assassino que quem paga pela sua atuação jurídica não quer que seja revelado quem mandou matar Bolsonaro. Ele simplesmente entregou que o assassinato tem um mandante. Essa historinha de que é um desequilibrado, que agiu sozinho, um lobo solitário, é uma grande mentira. Por isso trouxe esse assunto aqui.

Em relação à ponderação que V. Exa. fez sobre homofobia, de maneira nenhuma. O dono do jornal é casado com um deputado do Psol. Poderia ser casado com uma deputada do Psol. Poderia ser uma mulher casada com um deputado do Psol, mas, por acaso, é um homem casado com um deputado do Psol. O problema não é o casamento dos dois. Isso só escancara o viés político de uma matéria conseguida por *hackers* que invadiram ilegalmente o celular de autoridades brasileiras e um estrangeiro, esse, sim,

americano... Essa história de CIA não tem fundamento nenhum, mas temos, sim, um americano querendo abalar a República. O nome dele é Glenn Greenwald e é dono do Intercept.

O deputado Betão* – Obrigado, deputado. Realmente existem americanos capitalistas e socialistas. Então, o fato de ele ser americano – existem aqueles que defendem os trabalhadores e aqueles que defendem o empresariado – não tem nenhum problema com relação ao caso. O que temos aqui é um jornalismo independente, que está conseguindo, através de uma fonte, desvendar uma situação que está ocorrendo aqui no Brasil.

Acredito que o senhor não esteja fazendo aqui uma discussão de viés homofóbico. Prefiro acreditar nisso.

Esqueci-me de falar uma coisa. Acho engraçado que o desgoverno do Jair Bolsonaro é orientado por uma espécie de Rasputin do século XXI, que mora lá nos Estados Unidos. É como o governo do czar, na época da pré-Revolução Russa. O czar, deputado, era, na Rússia, comandado por um curandeiro, por uma pessoa que se autoproclamava curandeiro como esse que se autoproclama filósofo e desce o pau na filosofia. É um cara que acredita que Terra é plana. Ele acredita que a Terra é plana! E orienta o governo brasileiro! Esse, sim, interfere na população brasileira. O que podemos fazer com um governo desse?

Não estou querendo dizer aqui que o senhor está querendo mudar de assunto por ter falado sobre a questão da facada. Também concordo com o senhor. Acho que tem de ser colocado a panos limpos, mesmo porque o próprio advogado que o senhor trouxe aqui, através do áudio, disse que tem redes de televisão por trás dessa discussão. É importante mesmo esclarecer que redes de televisão são essas. Acho que seria realmente muito bom, deputado Doutor Jean, já vou lhe dar um aparte, se pudéssemos saber sobre a acusação desse advogado que disse que uma rede de televisão está por trás facada em Bolsonaro.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte) – É engraçado, deputado Betão, quando um presidente da República faz continência à bandeira americana, aí ninguém chega aqui e pega o microfone para falar de americano. Aí são os bonzinhos, são ótimos, maravilhosos.

Acho que o senhor sintetizou muito bem, deputado, quando diz que não estamos aqui falando do povo americano. Existe parte boa e ruim em qualquer parte do mundo. Quando o deputado lê aí a fala da promotoria sobre o Haddad, do medo de ser o Haddad, aí não tem viés político, aí não vale. Agora, o fato de o deputado ser casado, do jornalista ser casado, aí tem. Olha, gente, não vamos tentar confundir o povo. Chega! Basta disso! Quem quer que seja que descobriu o fato isso não importa. O que importa é o fato, é isso o que importa. E é isso que a população brasileira, que o povo tem de enxergar, tem de ver. E não adianta trazer outras situações agora. Não importa se é casado com o Psol. Que bom! É como o senhor disse, há formas de amar, e não estamos aqui para discriminar. Existe a tentativa de desviar o real fato.

O deputado Betão* – Obrigado, deputado. Eu vou tentar encerrar, Sr. Presidente, e agradeço a oportunidade. Acho que todos e todas, de todos os espectros políticos, precisam abrir um pouco a cabeça e o coração para as coisas que estão acontecendo e, ao que tudo leva a crer, acontecerão na próxima semana, que ainda será muito quente, mesmo porque a classe operária brasileira está se preparando para uma grande greve geral, no dia 14 de junho agora, na próxima sexta-feira, contra a reforma da Previdência, proposta por esse governo que, como o senhor disse, bate continência para a bandeira americana e quando vai aos Estados Unidos conversar com o Trump, a única coisa que tem a responder é: “Sim, senhor; sim, senhor; sim senhor!”. Obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 10/6/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Elaine Bernardina de Oliveira Lage, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Flávia Rafaela Gomes Goddard, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Wanderley de Oliveira Almeida, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 31/2019****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 65/2019**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações no subitem 5.1.3 do edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para o registro de preços para aquisição de espécies vegetais, insumos e material para manutenção da área verde da Praça Carlos Chagas, a sessão pública virtual fica adiada para as 10 horas do dia 2/7/2019.

Belo Horizonte, 13 de junho de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ERRATA****PROJETO DE LEI Nº 843/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 13/6/2019, na pág. 11, no despacho, onde se lê:

“Anexe-se ao Projeto de Lei nº 874/2019.”, leia-se:

“Anexe-se ao Projeto de Lei nº 874/2015.”.